

História & Ensino

Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL

Londrina, v. 25, n. 1, 2019

APRESENTAÇÃO

Caríssimos (as) leitores e leitoras, é com muita satisfação que História & Ensino publica novo número com grande quantidade de artigos dos mais variados temas, dando vazão à demanda crescente de textos a ela enviados, que demonstram claramente o quão fulcral é a discussão que promove a interface entre História e Educação, Universidade e Escola Básica, objetivada por este periódico referenciado no Ensino de História.

A variedade de temáticas é tão rica que os artigos poderiam ser organizados de diferentes formas. Nossa proposta organizativa considerou as temáticas abordadas nos textos, bem como as características interiores a cada seção da Revista. Um primeiro grupo é formado por artigos dedicados à discussão sobre livros didáticos por diferentes matizes, os quais se encontram no espaço dedicado a textos de fluxo contínuo e nas seções **História nos Anos Iniciais** e **Resenha**. Somam-se aos artigos relacionados ao Livro Didático mais sete textos no fluxo contínuo de temas relacionados, de maneira geral, ao ensino-aprendizagem. Além deles, outros cinco artigos constituem a seção **História da Educação** e um a seção **Laboratório**, compondo, finalmente, 25 artigos.

Abre esta edição o artigo de Maria Inês Sucupira Stamatto, intitulado **“Cem anos: livro escolar de História do Brasil (1808-1908)”**, que investiga as mudanças e permanências relacionadas ao conteúdo histórico, ensino-aprendizagem e projeto gráfico-editorial dos manuais didáticos do primeiro século desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil.

Na sequência, o artigo intitulado **“Religiosidades: uma análise de duas coleções de livros didáticos do ensino público brasileiro”**, escrito por Elison Antonio Paim e Guilherme Braunsperger de Lima Vieira, problematiza a perenidade da perspectiva eurocêntrica na abordagem da

religiosidade de diferentes povos nos manuais didáticos, mesmo após a incorporação da legislação que visa garantir a importância de outras perspectivas culturais (dentre elas, a religião) dos grupos que formaram o povo brasileiro, nos editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

“De boas intenções o inferno está cheio: as metodologias de ensino nos livros didáticos de História” é o título do artigo de Olavo Pereira Soares e Juliana Renata Miguel Monteiro, que promove uma análise comparativa entre a proposta de ensino de manuais didáticos selecionados a partir do Guia do PNLD dos anos 2013 e 2016, e as metodologias, por eles empregadas, para sua consecução.

Os manuais didáticos, utilizados para o Ensino de História em escolas do campo, são objeto de análise do artigo de Geysa Dongley Germinari e Rita de Cássia Gonçalves, intitulado **“Livro Didático do PNLD Campo: considerações sobre Ensino de História em escolas localizadas no Campo”**, que visa discutir as especificidades do processo de escolha do PNLD para obras didáticas históricas deste tipo, bem como suas implicações no processo de ensino-aprendizagem para professores e estudantes.

Uma análise crítica sobre a abordagem narrativa da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, em duas obras didáticas voltadas para estudantes do Ensino Médio de escolas públicas do estado do Mato Grosso, é o objetivo do artigo de Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, intitulado **“A Análise das representações e narrativas sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em Livros Didáticos do Ensino Médio em Cuiabá/MT”**.

Um dos programas de política pública voltados para a Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro, é o contexto do artigo de Alessandra Nicodemos e Débora Petrillo Flôr, denominado **“Livro Didático do Programa NEJA – Tensões entre possibilidades emancipatórias e currículo prescritivo no trabalho docente em História”**. Nele, as autoras propõem uma reflexão a respeito das prescrições curriculares veiculadas pelo Programa NEJA acerca da utilização dos manuais didáticos de História, bem como aponta possibilidades emancipatórias que professores e estudantes podem desenvolver, por meio de referenciais epistemológicos que consideram aspectos do cotidiano de trabalho desses entes.

Juliana Pirola da Conceição Balestra e Rogério Anderson da Silva apresentam em **“O que aconteceu com as pessoas? A Ditadura nos livros de História”**, uma pesquisa que reflete a respeito da abordagem feita por livros didáticos, localizados temporalmente no final do regime e no início do século XXI, sobre a participação de civis na última ditadura brasileira. Valendo-se de conceitos como memória, trauma, luto e perdão, os autores refletem sobre a construção de memórias deste período, bem como suas implicações para a contemporaneidade.

Uma reflexão a respeito do uso do livro didático como ferramenta de construção de conhecimento histórico em sala de aula, é o tema do artigo elaborado por Flávio Batista dos Santos, intitulado **“Percepções acerca do Ensino e Aprendizagem em História: uma análise sobre a temporalidade e o Livro Didático”**. Partindo da relação teórico-prática de estudantes e professores com o conceito de temporalidade, por meio do uso do livro didático, o artigo se propõe a pensar em que medida esta ferramenta contempla os objetivos da disciplina de História em seus aspectos metodológicos, cognitivos e sócio-históricos.

O desafio da implementação do preconizado na Lei 11645/2008 é discutido no artigo intitulado **“O Protagonismo Indígena nas aulas de História: problemas e desafios no Livro Didático”**, de Francis Mary Soares C. da Rosa. Valendo-se dos conceitos “resistência” e “protagonismo”, a autora problematiza o vazio discursivo presente nas representações imagéticas dos povos indígenas nos manuais didáticos e apresenta subsídios para a construção de narrativas que possibilitem um Ensino de História que considere e objetive o demandado pela Lei.

A temática do Livro Didático também foi trabalhada por dois artigos da seção **História nos Anos Iniciais**. Fundamentada na metodologia da História Oral, Cristiani Bereta da Silva e David de Souza João, analisam narrativas de professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental acerca de suas experiências no processo de escolha de livros didáticos do PNLD. As aproximações e distanciamentos entre o preconizado pela avaliação do Estado e as expectativas e representações criadas pelas professoras é o cerne da discussão de **“Seleção e uso dos Livros Didáticos de História para os**

Anos Iniciais do Ensino Fundamental: algumas questões a partir do olhar de duas professoras”.

A Educação em Direitos Humanos é o tema do artigo de Aléxia Pádua Franco e Emilene Júlia da Silva Freitas Carvalho, intitulado **“O PNLD e a Educação em Direitos Humanos: da definição dos critérios de avaliação à inserção nas coleções de História”**. Nele, as autoras apresentam a historicidade do processo de estabelecimento de critérios avaliativos e inserção da temática no PNLD e a análise das resenhas de coleções de seu Guia, por meio das diferentes concepções de Direitos Humanos, mostrando o grau de aprofundamento da temática em cada obra.

A Seção “Resenha” traz o último texto referenciado na temática do Livro Didático desta edição. Erinaldo Vicente Cavalcanti apresenta e reflete a respeito da obra **“Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas”**, organizada por Helenice Rocha, Luis Reznik e Marcelo Magalhães, publicada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2017, considerando a historicidade como chave hermenêutica para compreender, tanto os elementos que compõem o processo de elaboração, avaliação, publicação e circulação de livros didáticos, quanto a diversidade epistemológica e interpretativa expressa nos escritos de seus autores.

Na sequência de artigos de fluxo contínuo temos textos voltados à temática do ensino-aprendizagem em diferentes aspectos. No primeiro deles, as autoras Maria Terezinha Bellanda Galuch e Cleonice Aparecida Raphael da Silva apresentam o questionamento **“Por que e para quê ensinar História?”** Em oposição à concepção de que o Ensino de História deve objetivar somente a formação de cidadania como instrumento de preservação da ordem democrática, as autoras defendem a ideia de que o Ensino de História deve promover a autorreflexão crítica, bem como estimular a formação do pensamento histórico por meio da reflexão presente-passado, para que ocorra a conscientização acerca das condições que viabilizaram a barbárie a fim de que seu retorno seja inviabilizado.

Uma reflexão a respeito de experiências no Ensino de História numa escola quilombola de um município do estado do Amapá, é o tema do artigo de Eugénia da Luz Silva Foster, Elivaldo Serrão Custódio e Silvaney Rubens

Alves de Souza. Em **“Quilombo, Identidade e Educação Escolar: o Ensino de História na escola David Miranda em Santana-Amapá”**, os autores discutem o encontro dos saberes entre a comunidade local e os educadores, que contribuiu para o fortalecimento da Identidade Cultural com vistas ao desenvolvimento de sua organicidade, priorizando a conquista de direitos e a preservação de sua propriedade e memória cultural.

Em **“Fotografia, Tempo e Ensino de História: articulações para uma aprendizagem significativa”**, Katani Monteiro Ruffato e Lara Moncay Reginato refletem acerca de uma experiência metodológica que utiliza a fotografia enquanto fonte histórica e linguagem, estimulando a construção, por parte dos estudantes, do processo de cotejamento de imagens oriundas do passado familiar com aquelas produzidas por eles mesmos no presente, com o objetivo de lhes possibilitar a compreensão do tempo histórico.

Ana Luiza Jesus Costa problematiza a Educação Superior no artigo intitulado **“Porque vocês não sabem do lixo ocidental: Ensino de História da Educação e a questão do Outro”**, por meio da análise de ementas da disciplina História da Educação I – História Geral da Educação, do curso de Pedagogia das três universidades públicas do Estado de São Paulo. Tal exercício investigativo demonstrou a perenidade da abordagem eurocêntrica na História da Educação, o que possibilitou a assunção de uma proposta alternativa baseada em epistemologia que considera as contribuições de pensamento de diferentes culturas, privilegiando uma relação dialógica e de alteridade.

Uma oficina desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, com o uso de fontes históricas escritas e imagéticas para a construção do conhecimento histórico, por parte de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, é o objeto de reflexão do artigo de Daniel Precioso, intitulado **“O uso de Documentos Históricos em sala de aula: impactos sociais da crise de 1929 pelas lentes do fotojornalismo”**.

De igual modo, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Pedro Otávio Carvalho Fernandes e Vinícius Pedro Fonseca, refletem sobre experiência desenvolvida no PIBID, em **“A Ditadura de 1964-1985 na Iniciação à Docência: o ensino entre o dever de memória e as disputas**

mediáticas". Nele, os autores discutem o desafio docente de trabalhar em meio à guerra de narrativas acerca daquele período ditatorial, num contexto histórico contemporâneo de tensões existentes na relação entre História Pública e Mídia-Educação.

O caráter multidisciplinar da História é vivenciado na experiência desenvolvida num projeto de extensão que originou o artigo "**A Universidade, o Museu e a Escola: o Ensino de História e o viés extensionista**", escrito por Érika Oliveira Amorim, Luciana do Carmo Narciso e Thaise Oliveira Paula. Com a participação de graduandos dos cursos de História e Turismo, o Projeto promoveu a interação entre Universidade, Escola Básica e Museu, possibilitando às autoras pensarem o Ensino de História a partir da relação dos estudantes com a Memória.

A Seção **História da Educação** traz, na sequência, cinco artigos. O primeiro deles, intitulado "**Um estudo sobre Intelecto, Livre Arbítrio e Virtudes no campo da História da Educação Medieval**", de Terezinha Oliveira e Ana Paula dos Santos Viana, apresenta estudo a respeito de três aspectos da formação humana, por meio da interpretação de uma obra medieval voltada para a Educação, com o objetivo de compreendê-la em sua historicidade, bem como dela valer-se para refletir a respeito da consonância de nossa atuação, enquanto pesquisadores e educadores da contemporaneidade, com a formação humana que nos atravessa.

Em "**Estratégias e táticas na docência da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros durante a Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal do Paraná (1971-1984)**", Rosa Lydia Teixeira Corrêa e Rudimar Gomes Bertotti, analisaram depoimentos de ex-professores que ministraram, na UFPR, a disciplina de EPB - componente curricular de conteúdo doutrinário utilizado no Ensino Superior durante a Ditadura Civil-Militar - com o objetivo de compreender as estratégias adotadas pelos docentes para subverter o caráter prescritivo da disciplina, dotando-a de novos contornos.

Alexandre Alves e Audrei Rodrigo Pizolati, em "**Eugenia, Educação e Saber Médico: o discurso eugênico na I Conferência Nacional De Educação (1927)**", partem da análise dos documentos da *I Conferência*

Nacional de Educação, realizada em Curitiba, para problematizar o discurso eugênico no Brasil e sua circulação no âmbito da Educação, posto que a escola foi um dos principais meios utilizados para influenciar as diferentes camadas sociais do país.

“Por entre Narrativas e Documentos Escritos: uma História da Escola Primária no sul de Sergipe (1930-1960)”, de Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e Laisa Dias Santos, traz análise dos diferentes tipos de escolas primárias existentes no sul do Sergipe, entre os anos 1930 e 1960, por meio da investigação de documentos escritos e coleta de memórias de professores, demonstrando aproximações e distanciamentos entre as reformas educativas e as condições para as ações dos atores que estiveram diretamente envolvidos em sua consecução.

Janaina Silva Xavier, Jonathan Contrera Avila, Pamela Silveira da Silva e Willian Batista dos Santos Junior assinam o artigo intitulado **“História e Ensino durante a Ditadura Militar no Brasil: uma reflexão a partir das memórias de um professor (1954-1982)”**, que discute as memórias de um professor de História, Adventista do Sétimo Dia, durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Finalmente, o último artigo da presente edição, intitulado **“Ensino de História Antiga em debate: Educação com pluralidade ou tradicionalismo acadêmico”**, escrito por Matheus Vargas de Souza, compõe a Seção **Laboratório** e apresenta aspectos importantes para a discussão a respeito do conteúdo e abordagem do ensino de História Antiga na Educação Básica.

Agradeço à fundamental colaboração dos avaliadores, da Profa. Dra. Marlene Cainelli, da Mestranda Andressa da Silva Oliveira e de todos que contribuíram para esta edição de fôlego, que compreende grande número de artigos e temáticas.

Boa leitura à todas e todos!

Fraterno abraço!

Prof.º Dr.º Ronaldo Cardoso Alves